

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A Petrogal - Petróleos de Portugal, S.A., fundada em 1976 é a única empresa em Portugal com capacidade produtiva de combustíveis fósseis.

É detida a 70% pela Galp Energia e dedica-se às atividades de refinação, transporte, distribuição e comercialização de petróleo bruto, seus derivados e gás natural, possuindo duas refinarias, em Sines e em Leça da Palmeira.

Os trabalhadores da empresa Petrogal, estiveram em greve, de dia 11 até dia 16 de junho, em defesa dos seus direitos laborais, das suas regalias sociais e pela defesa da negociação coletiva.

Em causa, para além do regresso às negociações tripartidas, entre a empresa e os representantes dos trabalhadores, sob a mediação do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, estão motivos relacionados com os regimes de saúde, de reforma e outras regalias sociais, sendo que os Sindicatos que convocaram a greve alegam que não tem havido entendimento, pois a Administração da empresa Petrogal não respeita a negociação nem as recomendações do Ministério.

Trata-se de um setor estratégico da economia portuguesa.

Neste sentido, o PSD entende, que o Governo não está a efetuar todas as diligências necessárias para proceder ao devido acompanhamento na mediação da negociação entre as partes envolvidas, Administração da Petrogal e representantes dos trabalhadores.

Ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social cabe, entre outros, o dever de prevenir e resolver conflitos laborais, assim como o dever de promover a negociação e a contratação coletiva.

Como tal, para o PSD, o caminho para a prosperidade social e económica é da responsabilidade e do compromisso de todos os agentes envolvidos, nomeadamente, dos trabalhadores, das

empresas, dos parceiros sociais e do governo.

Uma vez que, o último pedido por escrito a solicitar a mediação das negociações ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social foi efetuado a 20 de abril, sem resposta e posteriormente, entregue em mãos em ação junto ao Ministério a 15 de maio, e, ainda que tenha sido referido pelo Gabinete da tutela que, em breve os trabalhadores teriam uma resposta, até ao momento continuam sem resposta e sem qualquer justificação da parte do Ministério.

É assim de todo o interesse público que sejam clarificadas, com celeridade, as razões para o abandono por parte do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social na mediação de conflitos entre a empresa Petrogal e os representantes dos trabalhadores.

Para o Grupo Parlamentar do PSD, é, portanto, imprescindível que a negociação se pautar por um diálogo saudável entre todas as partes envolvidas no processo negocial, no qual o Governo deve assumir-se como um intermediário facilitador.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm perguntar ao **Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**, através de V. Exa., o seguinte:

1 – Quais os motivos pelos quais o Governo abandonou a mediação de negociações que decorriam entre a Administração da Petrogal, da Galp Energia, e os representantes dos trabalhadores?

Palácio de São Bento, 20 de junho de 2018

Deputado(a)s

CARLA BARROS(PSD)

LUÍS LEITE RAMOS(PSD)

FERNANDO VIRGÍLIO MACEDO(PSD)

SUSANA LAMAS(PSD)

PEDRO ROQUE(PSD)

NILZA DE SENA(PSD)

LAURA MONTEIRO MAGALHÃES(PSD)

FELICIANO BARREIRAS DUARTE(PSD)

HELGA CORREIA(PSD)

ÁLVARO BATISTA(PSD)

FÁTIMA RAMOS(PSD)